



**GOVERNO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

**9ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Zonas Úmidas**

**Resumo de ATA**

**19 de outubro de 2011**  
**Ministério do Meio Ambiente, SEPN 505, Bloco B**  
**Ed. Marie Prendi Cruz**  
**Brasília - DF**

Aos dezenove dias do mês de outubro de 2011, na Sala T-13 Térreo, Ed. Marie Prendi Cruz situado na SEPN 505, Brasília-DF, realizou-se a nona Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Zonas Úmidas, sob a presidência da Sra. Ana Paula Leite Prates, Diretora do Departamento de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente e Ponto Focal Nacional para a Convenção de Ramsar.

**1. MEMBROS DO COMITÊ PRESENTES NA REUNIÃO**

- Ana Paula Leite Prates – SBF/MMA
- Eliane Oliveira de Abreu Alhadef – ABEMA
- Luiz Preto – ANA
- Jaqueline Maria Goerck – BirdLife International/SAVE Brasil
- Francisco Joeliton Bezerra – IBAMA
- Maria Iolita Bampi – ICMBio
- Kleber Souza dos Santos – MAPA
- Rodrigo Wanderley Lima – MRE/DEMA
- Rafaela D. Nicola – Rede Pantanal (Ecoa)
- Yara Schaeffer Novelli – Rede MangueMar Brasil
- Antônia da Silva Samir Ribeiro – SAIC/MMA
- Maurício Pompeu – SRHU/MMA

**2. OBSERVADORES**

- Maria Raquel de Carvalho – Ponto Focal Técnico da Convenção de Ramsar
- Rafael Magris – ICMBio
- Raoni Merisse Japiassu – Parna Araguaia
- Davi de Oliveira Paiva Bonavides – MRE/DEMA
- Priscila Lopes Soares da Costa – SEDR/MMA
- Mônica Brick Peres – SBF/MMA
- Agnes de Lemos Velloso – Consultora SBF/MMA

Ana Paula Leite Prates, Diretora do Departamento de Áreas Protegidas e Ponto Focal Nacional para a Convenção de Ramsar, iniciou a reunião dando as boas vindas a todos e comentou que o principal **objeto da reunião seria a discussão a respeito do Informe Nacional da**

## **Convenção de Ramsar que seria encaminhado à Secretaria da Convenção.**

### **Informes Gerais**

Após a apresentação de cada um dos presentes e aprovação da ata da 8ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Zonas Úmidas, foi apresentado um breve relato das duas iniciativas regionais, no âmbito da Convenção de Ramsar, que o Brasil participa: **a iniciativa regional de conservação de manguezais e corais, e a iniciativa regional da Bacia do Prata**. Foi mencionado que ocorreram duas reuniões da iniciativa de mangues e corais, a primeira em 2010 em Guaiaquil, de 13 a 17 de junho, e a segunda em 2011, e que, no momento, os membros da iniciativa estão trabalhando no documento que será a estratégia para conservação desses ambientes. Foi relatado que Guatemala, Peru e México estão elaborando materiais de divulgação dessa iniciativa a ser distribuído na 5ª reunião Pan-Americana, a realizar-se de 6 a 10 de dezembro na Jamaica. Na oportunidade iria haver a distribuição de folheto e de um vídeo explicativo da iniciativa.

Com relação à iniciativa regional da Bacia do Prata, foi mencionado que também ocorreram até o momento duas reuniões, a primeira em Buenos Aires/Argentina, em 15 de outubro de 2009, e a segunda em Montevideu/Uruguai, em 26 e 27 de abril de 2011, quando iniciou-se a discussão das diretrizes da estratégia. O objetivo atual da iniciativa é a elaboração do documento que orientará a estratégia para conservação das áreas úmidas na região, cuja inspiração inicial é a Ata de Poconé/MT, resultado de uma reunião realizada em 2005 naquela localidade, bem como a “Propuesta de las organizaciones ciudadanas para la estrategia de sustentabilidad del sistema de humedales Paraguay-Paraná”. No momento, os cinco países da região (Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai) estão elaborando um diagnóstico. Foi relatado que a iniciativa possui problema de governança, não possuindo um coordenador efetivo, o que resulta na morosidade das ações que poderiam ser desenvolvidas.

Em resposta aos questionamentos da Rede Pantanal e da Rede MangueMar Brasil, também foi mencionado que há a possibilidade de maior participação das ONGs na elaboração dos documentos de ambas iniciativas. Assim, ficou acordado que os documentos das iniciativas seriam disponibilizados para os membros do CNZU.

Ainda no início da reunião, na parte dedicada aos informes, foi dito que a **recomendação CNZU nº 4, de manguezais, que “dispõe sobre a necessidade de manutenção do Ecossistema Manguezal em toda sua extensão (conjunto de feições, do lavado ao apicum, salgado ou planície hipersalina), como Área de Preservação Permanente no Código Florestal Brasileiro”**, foi assinada pelo Secretário de Biodiversidade e Florestas do MMA e Presidente do CNZU, o Sr. Bráulio Ferreira de Souza Dias, e estaria sendo dado um amplo conhecimento e divulgação. Foi então solicitado que os demais membros do CNZU também dessem publicidade ao ato.

Foi relatado também o andamento dos trabalhos das duas **Comissões Técnicas ativas no âmbito do CNZU: a de manguezais e a de critérios para designação de novos sítios Ramsar**. A respeito da Comissão de critérios para designação de novos sítios Ramsar, foi reportado que ocorreram duas reuniões, quando foram discutidos os critérios e a lista das áreas com prioridade para designação como novos Sítios Ramsar no Brasil. Nas discussões ficou claro que estes critérios não serão os únicos meios para as designações, uma vez que as demandas espontâneas continuarão sendo consideradas. Estes critérios orientarão sobre como e onde o governo deverá estimular as designações. O trabalho da Comissão foi baseado em grande parte nos estudos desenvolvidos conjuntamente com o consultor Marcos Rosa, sobre as áreas prioritárias para as zonas úmidas. Foi dito que a Comissão deveria se reunir novamente para encerrar as discussões, ou que o grupo poderia fazer as discussões virtualmente. Ademais, o resultado da Comissão seria apresentado na forma de um relatório e a lista das áreas, bem como os critérios, seriam direcionadas ao ICMBio, aos Estados, por serem os responsáveis pela gestão das Unidades de Conservação. Foi comentado que em um segundo momento, seriam incluídas novas informações que qualificariam melhor os critérios utilizados, tal como a avaliação das espécies ameaçadas que o ICMBio estaria desenvolvendo. Uma outra questão a ser trabalhada no futuro seria a consideração de mosaicos,

uma vez que existem Unidades de Conservação muito próximas e que poderiam ter estratégias de conservação alinhadas entre si e com as diretrizes da Convenção de Ramsar.

A respeito da Comissão Técnica de Manguezais, havia sido realizada até o momento apenas uma reunião, entretanto no dia seguinte haveria a segunda, sob coordenação do ICMBio. A Comissão trata principalmente de assuntos relacionado ao GEF Mangue, mas aborda outros assuntos como foi o caso da Recomendação CNZU nº 4, que resultou de discussões já da primeira reunião. Na segunda reunião seria abordado um possível plano para conservação de manguezais, além de aspectos do projeto GEF Mangue.

Sobre a Comissão Técnica de corais foi informado que ainda não ocorreram reuniões por restrições orçamentárias.

Foi informado que **o próximo tema a ser trabalhado pela Convenção de Ramsar já havia sido definido e seria Turismo e Zonas Úmidas: uma grande experiência**. Neste contexto, foi dito que já haviam informações disponíveis no sítio eletrônico do Ramsar e que o Ministério do Meio Ambiente deveria traduzir parte deste material para o português. Além disso, haveria a possibilidade de incorporar informações novas ao material e os membros do CNZU poderiam contribuir. Neste contexto, teve-se a ideia de encaminhar algum desse material para o Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, a ser realizado em outubro de 2012.

O último item levantado nos informes gerais foi o relato do **caso em que uma RPPN do Pantanal (que não é a RPPN da Fazenda do Rio Negro, Sítio Ramsar oficializado em 2009; nem a RPPN SESC Pantanal, Sítio Ramsar oficializado em 2003) estaria usando o “selo” de RPPN” para práticas de caça de onça**. Este fato repercutiu na grande imprensa e não poderia “contaminar” a ação das demais UCs presentes no Pantanal, muito menos os Sítios Ramsar ali presentes. Foi enfatizado que este exemplo ruim não tem nada haver com os Sítios Ramsar do Pantanal e não desmoraliza a importância das RPPNs para a conservação da biodiversidade. Neste contexto, e em contramão a rumores de que esta seria uma justificativa para desqualificar as RPPNs do ponto de vista da conservação, o ICMBio, a Rede Pantanal e o MMA informaram que apoiam totalmente a manutenção das RPPNs como Unidades de Conservação no âmbito do SNUC e que um exemplo negativo não poderia condenar todo um sistema.

Essa discussão motivou a proposta de um sistema de acompanhamento das RPPNs designadas Sítios Ramsar de modo a dar mais credibilidade ao trabalho que está sendo desenvolvido. Neste momento, a Sra. Ana Paula Prates mencionou que este acompanhamento está sendo realizado por meio da atualização das fichas do cadastro das Unidades de Conservação. Além disso, no que diz respeito aos Sítios Ramsar, em 2010 o MMA promoveu e acompanhou o intercâmbio dos gestores, o que proporcionou um certo monitoramento destas áreas.

## **Discussão sobre o Informe Nacional para a Convenção de Ramsar**

### **Análise do documento**

Neste ponto de pauta, a Sra. Ana Paula Prates apresentou um contexto geral da elaboração do Informe Nacional para a Convenção de Ramsar, que deve ser apresentado a cada quatro anos, previamente às COPs da Convenção. A próxima COP seria realizada em 2012 na Romênia, de 6 a 13 de julho, e o Brasil estaria atrasado no envio do informe em sua versão final e com o referendo do CNZU, cuja data limite era setembro de 2011. Por isso a reunião dali em diante seria totalmente focada na finalização do Informe e foi lembrado que uma versão preliminar do documento, elaborada pela consultora Agnes Velloso, havia sido disponibilizada com antecedência a todos os membros do CNZU.

Para iniciar as discussões, foi apresentado um resumo em que foi explicitado os objetivos do Informe: fornecer dados e informações sobre como a Convenção está sendo implementada pelos Países; captar as lições e experiências para ajudar os países signatários em ações futuras; identificar as questões emergentes e desafios de implementação enfrentados pelas partes que podem exigir mais atenção ou não durante a COP; fornecer meios para que as partes sejam responsáveis pelos seus compromissos no âmbito da convenção; fornecer a cada parte uma ferramenta para ajudá-la a

avaliar e acompanhar o seu progresso na discussão e para planejar suas prioridades futuras; oferecer uma oportunidade às partes para chamar a atenção para as suas realizações ao longo do período; e monitorar cada uma das partes.

Também foi mencionado que o documento é dividido em quatro metas, com suas respectivas estratégias: o uso racional de zonas úmidas (estratégias: avaliação das zonas úmidas; política; legislação e as instituições; reconhecimento dos serviços ambientais; reconhecimento do papel da convenção; gestão de zonas úmidas baseada no conhecimento científico; restauração de zonas úmidas; espécies exóticas invasoras; e medidas de incentivo); os sítios, zonas úmidas de importância internacional (estratégias: designação de sítios; informação sobre os sítios; planejando a gestão de novos sítios; características ecológicas dos sítios; efetividade da gestão; status dos sítios; gestão de outras áreas úmidas de importância internacional); cooperação internacional (estratégias: a sinergia entre os acordos multilaterais e ambientais e as agências intergovernamentais; as iniciativas regionais; assistência internacional; integração de informação e expertise; e zonas úmidas compartilhadas ou bacias hidrográficas; e espécies migratórias); capacidade de implementação (estratégias: o CEPA, que é o comitê de educação e conscientização ambiental; capacidade financeira da convenção; trabalho com organizações internacionais parceiras e outras).

Ainda durante esta apresentação, foi dito que o relatório do RAPAN, elaborado pelo ICMBio sobre a efetividade das unidades federais, foi agregado ao Informe como um anexo.

Durante as discussões, foi sugerido que nos próximos relatórios fosse incluído um item relacionado à importância de se utilizar os sítios para monitorar respostas às mudanças climáticas regionais, e que esse deveria ser um tema a ser discutido na COP 11. Ao final foi acordado que, como isso não foi discutido ainda no Brasil, poderia ser elaborada uma recomendação geral de integração entre as Convenções de Ramsar e de Mudanças Climáticas, de modo a não comprometer o foco de ambas Convenções. Além disso, esse tema poderia ser aprofundado em próximas reuniões do CNZU.

A partir daí as consultoras Agnes Velloso e Maria Raquel de Carvalho apresentaram o que fora feito no relatório propriamente dito, tendo como ponto de partida as estratégias de cada uma das metas apresentadas anteriormente. Assim, à medida em que o conteúdo das estratégias era apresentado, os membros do CNZU iam sugerindo correções ou complementações. Foi comentado que as contribuições de cada um dos membros deveriam ser referenciadas diretamente no texto do documento e que a secretaria do CNZU poderia ainda receber pequenas sugestões até o dia seguinte da reunião, não mais que isso.

No momento em que a questão da alteração do código florestal surgiu, alguns representantes do CNZU defendiam que deveria ser explicitado que sua “revisão” representava na verdade um retrocesso da área ambiental, enquanto outros defendiam uma posição mais neutra, mencionando apenas que está em processo de revisão. Neste contexto, foi informado que no relatório seria feita referência às Recomendações do CNZU, sobretudo a Recomendação CNZU nº 3, que “dispõe sobre a tutela jurídica das Zonas Úmidas” e a Recomendação CNZU nº 4, que “dispõe sobre a necessidade de manutenção do ecossistema manguezal em toda sua extensão, como áreas de preservação permanente no Código Florestal Brasileiro”.

Durante as discussões foi despendido bastante tempo tentando adequar a realidade do Brasil no tipo de resposta que o Informe aceitava, ou seja: sim, não, planejado e não se aplica. Como não havia a possibilidade de respostas parciais, foi acordado que nestes casos seriam inseridas informações adicionais no texto descritivo.

Um dos temas abordados pelo CNZU foi a inclusão da Política Nacional de Resíduos Sólidos e de programas como “Saco é um Saco”, que seriam instrumentos complementares para cumprimento das diretrizes do Ramsar, uma vez que o lixo é um dos maiores impactantes da biodiversidade aquática. Além disso, foi sugerido que se fizesse menção ao acordo de conservação dos Albatrozes e Petréis. Ao se falar das avaliações ambientais estratégicas, deveria ser dito que o Brasil elabora estes estudos, entretanto deveria avançar no sentido de considerar como centrais as áreas úmidas, de modo ecossistêmico dentro das bacias hidrográficas. Também foi sugerida a

inclusão do programa de promoção de agricultura de baixa emissão de carbono.

Foi sugerida a possibilidade de solicitar maior apoio junto à Convenção para suporte à participação dos pontos focais nacionais, como também para suporte a projetos, como capacitação, manejo dos sítios, etc.

### **Encaminhamentos**

Ao final foi acordado que o Informe seria encaminhado por e-mail para o representante do Itamaraty, para adiantar a análise do documento, e ao mesmo tempo seria feito todo o processo formal, com o seu encaminhamento à ASIN do MMA, que por sua vez encaminharia ao Itamaraty. O Itamaraty, como representante político do Brasil, é que encaminharia o Informe ao Secretariado da Convenção.

Foi sugerido que se fizesse em uma outra reunião do CNZU uma apresentação sobre o programa “de olho no ambiente”, que trabalha com populações presentes na área de influência da Petrobras.

Foi comentado que o tema áreas prioritárias para conservação poderia ser objeto de discussão do CNZU, de modo a dar um foco maior nas zonas úmidas quando da sua revisão.

Foi sugerido que o Informe poderia ser traduzido para o português e que até poderia virar uma publicação, uma vez que é um relatório que avalia e monitora a implementação da Convenção no Brasil.

### **Informes finais**

Foi comentado que no dia 31 de outubro a 3 de novembro iria acontecer o 43º Comitê Permanente da Convenção, em que o Brasil é apenas membro observador. Entretanto não seria possível a presença do MMA no evento por restrições orçamentárias, mas ele estaria presente na V Reunião Pan-Americana, que funciona como a pré-COP das Américas. Esta iria ocorrer de 6 a 10 de dezembro de 2011 na Jamaica.

Neste contexto, foi dito que seria interessante que se fizesse posteriormente um relato ao CNZU sobre a Reunião Pan-Americana, cujo foco seria discutir o plano estratégico 2009/2015 e também discutir as resoluções da COP.